



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
2ª VARA DO TRABALHO DE DIVINÓPOLIS – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
BRUNO ALVES RODRIGUES



Lei de Criação nº 8.432, de 11-6-1992
Data da instalação: 23-12-1992
Data de implantação do PJe: 14-5-2015

Jurisdição: Divinópolis, Camacho, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Cláudio, Itapeçerica, Oliveira, Pedra do Indaiá, São Francisco de Paula, São Gonçalo do Pará e São Sebastião do Oeste.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 6-2-2016, p. 3.



ATA DE CORREIÇÃO

Às 8h15min do dia dezesseis de março de 2017, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. **César Pereira da Silva Machado Júnior**, deu início à Correição Ordinária na 2ª Vara do Trabalho de Divinópolis, situada na Rua Pernambuco, nº 239, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pelo MM. Juiz do Trabalho Substituto, Dr. **Leonardo Tibo Barbosa Lima**; pelo Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Antônio Alves Lopes; pelos servidores Adma Viana Araújo, Daniela Yuri Takaki de Resende, Écio Silva de Almeida, Juliana Maria de Oliveira Nunes Guimarães, Junison de Vasconcelos Rabelo, Magnei Alves Coelho, Maria Fernanda Pardini Ribeiro, Mônica Cristina de Luca Felicíssimo, Sandra Mara Ferreira Santos, Santuza Corrêa Avelar e Teresa Gomes de Moura; pela estagiária Érica Geralda Gontijo. Ausente o MM. Juiz Titular, Dr. Bruno Alves Rodrigues, em férias regulamentares. Ausentes os servidores Márcio Pinto de Lacerda, Rosane Aparecida Arruda, em férias regulamentares e Maurílio Johann de Resende, em licença médica.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Do mencionado protocolo, consta o registro de 524 processos distribuídos, neste ano, até o dia 15/03/2017, apurando-se a média de 14,97 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 72 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 14 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 31 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 1 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 406 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 124 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 55 autos de processos com carga, todos no prazo legal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

1.6. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 71 autos de processos físicos com carga, das quais 16 vencidas e cobradas.

1.7. CARGA PARA PERITOS – Constatam 1 autos de processos físicos com carga, das quais 1 vencidas e cobradas. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 471 processos pendentes para exame de peritos.

1.8. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 47 mandados expedidos em processos físicos e 367 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 5 pendentes de cumprimento em processos físicos e 211 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 13 autos de processos com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado de processos físicos da Secretaria da Vara, constatou-se que não há processos *sine die*.

1.11. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 15-3-2017, existem 3 processos aguardando sentença, conforme consta do item 41.

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2017 até 14-3-2017)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	0
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	281
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	707
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	9
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	171
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	22
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	409

1.12. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 877 processos em fase de execução, assim discriminados:



- a) 577 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 286 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- c) 14 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2017 até 15-3-2017.

Em relação às Varas do Trabalho de Divinópolis, no ano 2015, cuja média de processos em fase de execução foi de 909, constatou-se que a Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução abaixo da média.

1.13. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo como sistema e-Gestão, dados de 15-3-2017, existem 11 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 16-3-2017 havia 29 processos:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 8 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 11 processos;
- c) **instrução:** 10 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0011233/16, 0012869/16, 0012769/16, 0012871/16, 0012873/16, 0012830/16, 0012831/16, 0012835/16, 0012872/16 e 0011186/16.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se estarem em ordem.

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que não havia processo na fase de execução para tentativa de conciliação.

2.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS SINE DIE; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos do Pje 0010390/17, 0010389/17, 0010386/17, 0010373/17, 0010369/17, 0010367/17, 0010320/17, 0010273/17, 0012807/16, 0012725/16, 0011137/16, 0010107/17, 0010031/17, 0010149/17, 0012779/16, 0010704/15, 0010178/17, 0010169/17, 0010110/17, 0010111/17, 0010502/16, 0010156/17, 0010151/17, 0011539/15, 0011379/15, 0011197/15, 0010981/16, 0011102/16, 0011301/16, 0010240/16, 0012590/16, 0010074/16, 0010289/16, 0011655/16, 0011031/16, 0010375/16, 0010431/16, 0012454/16, 0010797/15, 0011361/15, 0010295/15, 0010222/15, 0010185/15, 0010459/15, 0010072/16, 0010193/16, 0011235/16, 0011523/15, 0010658/16, 0011497/16, 0010526/15, 0011146/15, 0010259/16,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

0010056/17, 0010209/17, 0010376/16, 0010122/17, 0012833/16, 0012823/16, 0010010/17, 0012071/16, 0010248/17 e 0010493/16.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010178/17, 0010169/17, 0010110/17, 0010111/17, 0010156/17, 0010151/17, 0010981/16, 0011102/16, 0010056/17, 0010122/17, 0010248/17 e 0010107/17: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

Foram examinados os autos dos processos físicos: 01804/14, 01845/14, 00901/15, 00804/15, 00515/14 e 00414/15.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.3. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.4. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 11 ações civis públicas, até esta data, em tramitação.

2.5. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 3 ações civis coletivas, até a presente data, em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta

	2015	2016	2017
Procedimento Sumariíssimo	35	20	22
Procedimento Ordinário	63	28	88
Instrução Pje	226	104	101
Instrução Físicos	---	---	697

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta

	2015	2016	2017
Procedimento Sumariíssimo	14	15	14 dias 30-3-2017
Procedimento Ordinário	50	62	60 dias 16-5-2017
Instrução	329	242	349 dias 28-02-2018

Apuração conforme dados do sistema informatizado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

PRAZOS MÉDIOS (de 1-1-2017 até 15-3-2017)

(fonte: e-Gestão)

a) conhecimento:

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 90263)	259	22,9
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 90264)	201	88
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 267)	1	665
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 90267)	267	46
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 268)	8	701,1
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 90268)	187	179,5
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 271)	1	675
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 90271)	261	47,3
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 272)	9	702,4
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	184	180,2

b) FASE DE LIQUIDAÇÃO (de 1-1-2017 até 15-3-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da liquidação – pro-	0	0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

cedimento sumariíssimo (item 359)		
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 90359)	8	41,3
Do início ao encerramento da liquidação – exceção procedimento sumariíssimo (item 371)	2	256
Do início ao encerramento da liquidação – exceção procedimento sumariíssimo (item 90371)	14	53

c) Fase de execução (de 1-1-2017 até 15-3-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	131	818,8
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	25	0
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	9	782,6
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano 2016, apurou-se que, em 221 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2016	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	1.227	5,552
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	275	1,244
Decisões na fase de execução	173	0,783
Total	1.675	7,58

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em fevereiro de 2017, com 18 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Procedimento sumariíssimo	145	8,05
Procedimento ordinário	111	6,16



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Instrução	64	3,55
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	7	0,38
Total	327	18,16

No mês de fevereiro de 2017, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 70 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 27 sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 125 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de terça-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min e/ou 13h30min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumariíssimo, 5 minutos para as de procedimento ordinário e de 15 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 18, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, conforme declaração do Secretário da Vara do Trabalho, registra-se que o magistrado comparece nesta unidade organizacional de terça-feira a quinta-feira.

De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 800 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos		
	2015	2016
	2.260	2.767
Processos recebidos		
Média por dia útil	10,04	12,52
Processos remanescentes do ano anterior	737	795
	28	13
Sentenças anuladas		
Total de processos para solução	3.025	3.575
	2.228	2.644
Processos solucionados		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Processos conciliados	1.039	1.417
Produção	73,65%	73,95%

5.1. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE – O Índice de Produtividade – IP, com base no sistema MGD - Mapeamento Global de Desempenho e dados extraídos do e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

PERÍODO	IP
Jan/15 a Dez/15	0,3331
Jan/16 a Dez/16	0,2400

Fonte: e-Gestão em 26/01/2016

MESOINDICADORES REPARAMETRIZADOS –Jan/16 a Dez/16			
ACERVO	CELERIDADE	PRODUÇÃO	REPRESAMENTO PROCESSUAL
0.3161	0.0880	0,4497	0.2623

Fonte: e-Gestão em 26/01/2016

MACROINDICADORES DO IP	MICROINDICADORES DO IP	VALOR ORIGINAL Jan/15 a Dez/15	VALOR ORIGINAL Jan/16 a Dez/16	MÉDIA VARAS DO TRABALHO Jan/16 a Dez/16	MICRO REPARAMETRIZADO
ACERVO	ANTIGUIDADE	1.054 dias	1.043 dias	1.545 dias	0,2173
	PENDENTE	2.684	3.247	3.611	0,3439
CELERIDADE	PRAZO MÉDIO	354,93 dias	343,23 dias	776,32 dias	0,0880
PRODUÇÃO	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	46,63%	53,64%	37,65%	0,2598
	ÍNDICE DE SOLUÇÃO	98,58%	95,48%	97,34%	0,6979
REPRESAMENTO PROCESSUAL	TC CONHECIMENTO	36,03%	30,52%	38,22%	0,4157
	TC LIQUIDAÇÃO	50,98%	20,09%	40,65%	0,1966
	TC EXECUÇÃO	69,24%	65,89%	76,53%	0,4673
	TC INCIDENTES PROCESSUAIS	9,40%	13,98%	21,75%	0,1630

Fonte: e-Gestão em 26/01/2016



6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$4.606.724,06	R\$782.355,70

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara, encontram-se em vigor as Portarias nºs 1/2005, que regulamenta a prática de atos ordinários; 1/2010, que disciplina o atendimento às partes e procuradores e 1/2014, que disciplina o atendimento por telefone às partes e procuradores.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor verificou, dentre outros aspectos, a excelente organização da Secretaria. Foram examinados 80 autos de processos, sendo que em nenhum foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas as Resoluções Administrativas nº 241, de 2015 e 208, de 2016, referentes ao recesso forense e suspensão dos prazos processuais.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que sejam (m):

1) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjeit_1-12-0-3_1g.pdf



- 2) realizada redução do prazo de designação de audiências nos processos de instrução;
- 3) envidados esforços para aumentar a produção, inclusive no que concerne à Meta 1, tendo em vista os dados apurados nos itens 5 e 11 desta Ata.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2016:

A Corregedoria Regional verificou que não foi observada a seguinte recomendação, formulada naquela oportunidade:

- 1) realizada redução do prazo de designação de audiências de instrução.
- 2) envidados esforços para aumentar a produção, inclusive no que concerne à Meta 1, tendo em vista os dados apurados nos itens 5 e 11.1 desta Ata;

O Desembargador Corregedor reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT / Indicador 6 TRT3: - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2016 esta unidade organizacional atingiu o percentual de 95%, não tendo cumprido a Meta.

2 Vara do Trabalho de Divinópolis - de 1º-1-2017 até 15-3-2017			
Mês	Recebidos	Solucionados	Percentual
Total	524	464	88,55%

Meta 2 CNJ / Meta 7 CSJT: - Julgar processos mais antigos Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, no 1º grau.

Relativamente à Meta 2, conforme dados extraídos do sistema e-Gestão de 1º-1-2017 até 15-3-2017, há 27 processos distribuídos até 31-12-2014 pendentes, tendo sido atingida a Meta.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - No que se refere à responsabilidade socioambiental, enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constantes do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 13h30min do dia dezesseis de março de 2017, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior _____, Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pelo MM. Juiz do Trabalho Substituto da Vara, e pelo Secretário da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes e pela Assessora do Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Mariana Cristina Araújo Campos M. Campos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

César Pereira da Silva Machado Júnior
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região

Leonardo Tibo Barbosa Lima
Juiz do Trabalho Substituto

Antônio Alves Lopes
Secretário da Vara do Trabalho

